



# Como os Tribunais de Contas controlam as contratações públicas?

**Autores:** André Rosilho e Bruna Neri

**Publicado em:** 10 de abril de 2025

**Duração:** 18 min

**Link JurisTube:** <https://juristube.com.br/dialogos-direito-administrativo/como-os-tribunais-de-contas-controlam-as-contratacoes>

**Link YouTube:**

<https://www.youtube.com/watch?v=nswO4ouCGu4>

**Identificador citável:** [juristube.com.br/video/como-os-tribunais-de-contas-controlam-as-contratacoes#ep-5c261225](https://juristube.com.br/video/como-os-tribunais-de-contas-controlam-as-contratacoes#ep-5c261225)

## Descrição

*EP52-Episódio gerado por IA a partir do plano de aula de André Rosilho e Bruna Neri, "Como os Tribunais de Contas controlam as contratações públicas?", publicado na Auloteca de Direito Administrativo. Episódio 05 da Parceria DDA e Auloteca.*

### ■ LINK DIRETO DO EPISÓDIO:

- ■ Youtube: <https://youtu.be/nswO4ouCGu4>

- ■ Spotify: <https://creators.spotify.com/pod/show/direitoadministrativo/episodes/Como-os-Tribunais-de-Contas-controlam-as-contrataes-pblicas-e31bdjn>

### ■ LINK PARA O TEXTO COMENTADO NO EPISÓDIO:

<https://www.auloteca.com.br/como-os-tribunais-de-contas-controlam-as-contratacoes-publicas/>

### LINKS GERAIS DO PROJETO DDA:

- ■ Canal DDA no YouTube: <https://abre.ai/youtube-dda>

--■ Canal DDA no Spotify: <https://abre.ai/spotify-dialogos>

■ Confira todos os podcasts em: <https://juristube.com.br>

■ O DDA (Diálogos de Direito Administrativo) é um projeto inovador que une tecnologia e conhecimento jurídico, transformando artigos acadêmicos complexos em conversas acessíveis através da inteligência artificial. Com curadoria humana e produção cuidadosa, em áudio e vídeo, imagens e criação de avatares, o projeto visa construir uma ponte entre o conhecimento acadêmico especializado e um público mais amplo.

■ ■ **\*\*O que é o DDA\*\*:** Primeiro podcast de Direito produzido por IA com curadoria humana e apresentação por avatares falantes sincronizados.

### ■ **\*\*Como funciona\*\*:**

- Transforma artigos acadêmicos em diálogos coloquiais usando IA

- Mantém a responsabilidade do conteúdo original com os autores humanos

- A IA gera autonomamente roteiros e diálogos

- Curadoria humana seleciona artigos, edita os vídeos, prepara a sincronização dos avatares e organiza a divulgação dos episódios.

### ■ **\*\*Objetivo\*\*:**

- Ampliar o alcance da produção acadêmica jurídica

- Tornar o conteúdo mais acessível para estudantes e profissionais

- Inspirar ouvintes a se tornarem leitores dos artigos originais

■ **\*\*Importante saber\*\***:

- Conteúdo é educacional e introdutório
- Não substitui a leitura do artigo original
- Disponível no YouTube e Spotify
- Cada episódio fornece link para o texto original

■ **\*\*Equipe\*\***:

- Curadoria: Prof. Paulo Modesto (UFBA)
- Assessoria Técnica: Camila Modesto
- Assessoria Estratégica: Rafaela Modesto

■ **\*\*Como apoiar\*\***: Registrando-se no canal para receber informação dos novos episódios e para ampliar a visibilidade do projeto para o algoritmo das plataformas digitais. Com mais seguidores, o projeto será gradualmente mais visível e crescerá em audiência! ■ Apoie também compartilhando, comentando e curtindo o projeto nas redes sociais.

#### AVISO LEGAL

Este conteúdo audiovisual utiliza tecnologia de Inteligência Artificial (IA) para a geração automática de diálogos baseados em textos doutrinários de Direito Administrativo e áreas afins.

A responsabilidade pelo conteúdo original permanece com os autores humanos, enquanto a IA gera autonomamente o roteiro e as frases contidas no diálogo.

Variações no tom, no timbre e na voz dos falantes são normais diante do caráter experimental da tecnologia envolvida na geração automática dos diálogos.

O processo automático de adaptação pode enfatizar aspectos diferentes ou abordar tópicos não contemplados no artigo original. Este conteúdo tem finalidade introdutória e não substitui a leitura do texto doutrinário base, cuja consulta é fortemente recomendada para compreensão completa do tema. O texto base que inspirou este conteúdo é de autoria exclusivamente humana e foi publicado originalmente como artigo doutrinário.

As opiniões expressas pelos autores nos textos comentados ou as opiniões constantes dos diálogos gerados pela inteligência artificial não refletem necessariamente a opinião do editor do podcast DDA, que buscam inserir no calendário de diálogos diferentes visões sobre temas polêmicos do debate administrativo ou jurídico brasileiro.

#### APOIO E DIVULGAÇÃO

Apoie o projeto Diálogos de Direito Administrativo! Compartilhe, comente e curta o projeto nas redes sociais. Mantenha-se atualizado e assine o canal para receber informações sobre a publicação de novos conteúdos.

© 2024, 2025 Todos os direitos reservados

## Transcrição

Locutor 1: Olá a todos! Preparem-se para um mergulho profundo no mundo dos contratos públicos no Brasil. Vamos desvendar como escolas, hospitais, vacinas e até a sua internet dependem de um sistema bem complexo e, acredite, fascinante. Estamos falando de muito dinheiro público, e é aí que chegamos aos Tribunais de Contas, os guardiões da lisura nesse processo todo.

Locutor 2: E guardiões que atuam em várias etapas. Exatamente. Mas e se essa fiscalização for além de conferir números, influenciando cada etapa do processo, às vezes até antes do contrato ser oficializado? Essa é a pergunta de um milhão de reais que vamos explorar hoje. Para nos ajudar,

convidamos um especialista que conhece como poucos os meandros desse sistema.

Especialista (Avatar IA): É um prazer estar aqui com vocês. O objetivo é entendermos a fundo os poderes dos Tribunais de Contas e se essa participação tão intensa é um benefício ou se pode trazer problemas. Para nos guiar, usaremos o plano de aula inovador de André Rosilho e Bruna Nery, criado para o projeto Auloteca de Direito Administrativo. Eles propõem uma análise profunda da prática administrativa, indo além da simples leitura fria da lei.

Locutor 1: E para começar, vamos a um fato surpreendente: o TCU (Tribunal de Contas da União) pode dar palpite em minutas de editais antes mesmo de serem públicas. Parece estranho, mas aconteceu no leilão do 5G.

Especialista: É realmente intrigante. No caso do 5G, o TCU pressionou para que o edital incluísse a garantia de internet de alta velocidade para escolas em todo o país, chegando a recomendar a construção de infovias na Amazônia. É como se tivessem moldado o contrato antes mesmo de ele nascer.

Locutor 2: Mas isso não é um pouco demais? De onde vem esse poder? Eles podem se meter em tudo?

Especialista: O TCU se apoia em bases legais como a Lei 9.491/97 (desestatizações) e a Instrução Normativa 81/2018. Argumentam que isso ajuda o governo a elaborar contratos melhores e com maior impacto social. Eles se veem como parceiros do governo na busca por resultados.

Locutor 1: Mas essa parceria não ultrapassa limites? Existe risco de atrasos? E se essa influência for usada de forma indevida?

Especialista: São questões válidas. Por um lado, há a intenção louvável de aprimorar os contratos. Por outro, essa intervenção pode ser vista como intromissão, gerando dúvidas sobre a autonomia dos órgãos responsáveis pelos editais. E a coisa não para por aí: na fase dos lances, os tribunais também estão de olho. O TCM-SP, por exemplo, suspendeu uma licitação de R\$ 4,7 bilhões para reformar escolas após encontrar 35 irregularidades.

Locutor 2: Como eles conseguem suspender licitações assim? Qualquer um pode reclamar?

Especialista: A Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) dá esse poder. Qualquer cidadão ou empresa pode apontar irregularidades ao tribunal, que pode suspender tudo até a resolução. É uma ferramenta de transparência, mas que também pode ser usada para atrasar processos por concorrentes desleais.

Locutor 1: E depois do contrato assinado? Eles continuam fiscalizando?

Especialista: De jeito nenhum eles vão para casa. O Artigo 71, inciso IV da Constituição Federal permite auditorias e inspeções. O TCESP, em uma fiscalização surpresa em 212 municípios, encontrou obras paradas e falta de planejamento. A nova lei reforça os tribunais como a "terceira linha de defesa" do dinheiro público.

Locutor 2: Isso não corre o risco de virar uma bagunça burocrática?

Especialista: É o grande debate. A burocracia excessiva no Brasil pode ser um problemão. Até na repactuação de contratos por imprevistos o TCU se mete, avaliando se as mudanças são justificadas. Recentemente, começaram a atuar até como mediadores de conflitos, como no caso da

GRU Airport e a crise da pandemia. Alguns especialistas acham que o tribunal está extrapolando e invadindo a seara da AGU ou das agências reguladoras.

Locutor 1: Chegamos à parte final. Vimos que o TCU atua desde a concepção até a resolução de conflitos. Mas esse nível de intervenção é um benefício ou um risco?

Locutor 2: Os defensores alegam que, num país com histórico de corrupção, essa fiscalização rigorosa é crucial para prevenir desvios e garantir eficiência. A expertise técnica dos auditores traz segurança.

Locutor 1: Já os críticos temem a "paralisia decisória". O excesso de procedimentos pode atrasar obras essenciais, prejudicando o interesse público que se quer proteger. Além disso, há o risco de politização e conflitos de competência com outros órgãos.

Especialista: O desafio é encontrar o ponto de equilíbrio entre a necessidade de controle e a autonomia do governo. Precisamos de um debate democrático entre TCU, AGU, agências, Congresso e sociedade civil. Só o diálogo transparente pode levar a um modelo que concilie controle com desenvolvimento.

Locutor 1: Convidamos você a continuar refletindo. O futuro do Brasil depende da boa gestão dos recursos. Até a próxima!

Aviso Legal: Conteúdo gerado por IA com base em artigos doutrinários, sob curadoria do Prof. Paulo Modesto. O material é educacional e não substitui a leitura do texto fonte.

## Como citar este documento

As citações abaixo seguem os padrões ABNT NBR 6023:2018, APA 7ª edição, Chicago Author-Date (17ª ed.) e BibTeX (LaTeX). Copie o formato exigido pelo periódico ou gerenciador bibliográfico (Zotero, Mendeley, EndNote).

### ABNT (NBR 6023:2018)

ROSILHO, André; NERI, Bruna. Como os Tribunais de Contas controlam as contratações públicas?. [Vídeo]. Tradução para mídia audiovisual por Inteligência Artificial. Curadoria de Paulo Modesto. Salvador: Canal @paulomodestodireito no YouTube / JurisTube.com.br, 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nswO4ouCGu4> e em: <https://juristube.com.br/episodio/5c261225-a4f2-41fd-b891-9de4f399ad0f>. Acesso em: 20 ago. 2026.

### APA 7ª edição

Rosilho, A., & Neri, B. (2025, April 10). \*Como os Tribunais de Contas controlam as contratações públicas?\* [Video]. JurisTube. <https://www.youtube.com/watch?v=nswO4ouCGu4>

### Chicago Author-Date (17ª ed.)

ROSILHO, André, Bruna Neri. 2025. "Como os Tribunais de Contas controlam as contratações públicas?." Video. Diálogos de Direito Administrativo. <https://www.youtube.com/watch?v=nswO4ouCGu4>

### BibTeX

```
@misc{juristube-como-os-tribunais-de-contas-controlam-as-2025,
author = {Rosilho, André and Neri, Bruna},
title = {Como os Tribunais de Contas controlam as contratações públicas?},
year = {2025},
howpublished = {JurisTube – Acervo Digital de Direito},
note = {Série: Diálogos de Direito Administrativo},
url = {https://www.youtube.com/watch?v=nswO4ouCGu4},
urldate = {2025-04-10}
}
```



### Licença de Uso — CC BY-NC-SA 4.0

Este conteúdo está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). O uso para fins acadêmicos e educacionais é permitido, desde que citada a fonte original (JurisTube) conforme as normas técnicas indicadas neste documento.

*Termos completos:*

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt-br>

JurisTube — Acervo Digital de Direito

<https://juristube.com.br/dialogos-direito-administrativo/como-os-tribunais-de-contas-controlam-as-contratacoes>

PDF gerado em 2026-08-20 19:06 UTC